
Experiências pioneiras de avaliação institucional na educação superior brasileira sob ótica de atores participantes dos processosⁱ

Pioneering experiences of institutional evaluation in Brazilian higher education from the perspective of actors participating in the processes

Regilson Maciel Borges
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Lavras-MG-Brasil

Mary Ângela Teixeira Brandalise
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Ponta Grossa-PR-Brasil

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar experiências pioneiras de avaliação institucional brasileiras, sob a ótica de professores que participaram do desenvolvimento dos processos avaliativos em Instituições de Educação Superior, ao longo da década de 1990. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho interpretativo, cujos procedimentos de coleta de dados incluíram a pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, as quais foram submetidas à análise de conteúdo. Os resultados mostram que as experiências pioneiras de avaliação institucional se constituíram como precursoras para outras instituições, assim como fundamentaram as políticas de avaliação da educação superior no contexto brasileiro, à época. Essas iniciativas foram desencadeadoras de uma massa crítica, com vasta produção científica, que contribuiu para a consolidação da titularidade da avaliação institucional.

Palavras-chave: Avaliação institucional; Educação superior; Experiências pioneiras de avaliação.

Abstract

This article aims to analyze pioneering experiences of Brazilian institutional evaluation from the perspective of professors who participated in the development of evaluation processes in Higher Education Institutions throughout the 1990s. This is qualitative interpretative research, whose data collection procedures included bibliographical research and semi-structured interviews, which were subjected to content analysis. The results show that the pioneering experiences of institutional evaluation opened the path for other institutions and provided the basis for higher education evaluation policies in the Brazilian context at the time. Such initiatives triggered a critical mass, with vast scientific production that contributed to the consolidation of the institutional evaluation ownership.

Keywords: Institutional assessment; College education; Pioneering evaluation experiences.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar experiências pioneiras de avaliação institucional brasileiras, sob a ótica de atores que participaram do desenvolvimento dos processos avaliativos em Instituições de Educação Superior (IES), ao longo da década de 1990.

As experiências analisadas se encontram reunidas em livro organizado por Balzan e Dias Sobrinho, sob o título de “Avaliação Institucional: teoria e experiências”, publicado em 1995. Nele, estão reunidas “as primeiras reflexões sistemáticas sobre processos concretos de avaliação institucional” (Dias Sobrinho; Balzan, 1995, p. 9). Os autores mencionam que essas iniciativas tiveram o mérito “não só da produção de uma significativa massa crítica na área, mas também de definirem a titularidade da avaliação” (Dias Sobrinho; Balzan, 1995, p. 8)

A justificativa para se investigar a temática discutida neste artigo, a teoria e prática de avaliação decorrente das experiências pioneiras de avaliação institucional de quatro universidades brasileiras, é pontuada por Gama (2012, p. 257), ao mencionar que “não obstante sua pequena existência temporal no Brasil, essa teoria passou a nortear as políticas públicas de avaliação institucional a partir da mesma época”, assim como “as intenções que contêm essa teoria de igual modo não foram ainda trazidas à luz, nem a sua especificidade e a forma histórica de sua existência”. Neste cenário, busca-se saber como as experiências de avaliação empreendidas pela Unicamp, UFSC, UnB e PUC-Campinas, nos anos 1990, tiveram seus desdobramentos nas práticas avaliativas de outras IES e nas políticas oficiais de avaliação.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho interpretativo, a qual foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), conforme Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 88207818.1.0000.0105. Os procedimentos para a coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e as entrevistas semiestruturadas. A pesquisa bibliográfica foi realizada com a intenção de mapear a produção sobre o tema das experiências brasileiras de avaliação institucional da educação superior publicada em periódicos científicos da área da educação, gerando “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados [...]” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 178).

As entrevistas foram realizadas com atores envolvidos nos processos de avaliação da UFSC e da PUC-Campinas, que se dispuseram participar voluntariamente da pesquisa e que serão nomeados como “Prof.UFSC” e “Profa.PUC-Campinas”. Marconi e Lakatos (2003, p. 196) salientam que “a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”. Dessa forma, as questões que compuseram as entrevistas se direcionaram às concepções e práticas de avaliação, aos aspectos específicos das experiências desenvolvidas e aos desdobramentos dessas avaliações.

Após a coleta de dados, o material foi submetido à análise de conteúdo como forma de análise. Segundo Bardin (1995), a análise de conteúdo é uma técnica de análise de comunicação que visa obter a descrição do conteúdo dessas mensagens, que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Com isso, buscou-se fazer uma análise temática, que “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (Bardin, 1995, p. 105).

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, são discutidos breves aportes teóricos sobre avaliação institucional. A descrição das experiências pioneiras de avaliação institucional na educação superior nos anos de 1990 integram a segunda seção; e a ótica de atores participantes das experiências pioneiras de avaliação institucional dos anos 1990 constitui a terceira seção.

Avaliação institucional: breves aportes teóricos

Nas IES, como em qualquer instituição, há um movimento institucional presente nas relações que nela se estabelecem. Castoriadis (1982) explicita que dois princípios estão em permanente tensão em uma instituição: o instituído e o instituinte. O instituído é o conjunto de forças sedimentadas, consolidadas, que busca a conservação e reprodução do quadro institucional vigente. O instituído é a forma. O instituinte, por sua vez, é o conjunto de forças em constante estado de tensão, de mudança, de transformação, de recriação. O instituinte é o campo de forças.

Formalmente, avaliação institucional é a avaliação desse instituído e instituinte, se realizada em uma perspectiva crítica, é aquela que consegue captar o movimento institucional presente nas relações da instituição, ou seja, aquela em que a dinâmica

Experiências pioneiras de avaliação institucional na educação superior brasileira sob ótica de atores participantes dos processos

institucional é considerada para captar o espírito da instituição avaliada. Dito de outro modo, a avaliação institucional nessa perspectiva tem um caráter formativo que possibilita a identificação de aspectos concretos, formais e informais, explícitos ou não, internos e externos, que favorecem o alcance dos objetivos e fins educacionais propostos em um planejamento institucional (Brandalise, 2010).

Avaliar uma instituição significa considerar que muito do que se passa em seu interior pertence ao domínio do instituinte, do imaginário, do currículo oculto, sendo dominado pelos conflitos e contradições potenciais que nela coexistem. Nessa perspectiva, a realização da avaliação institucional, em determinadas situações concretas, a partir de condições objetivas, constitui-se um balanço institucional, ou seja, a efetivação de um:

Método de interpretação analítico e pedagógico que consiste em instituir, numa organização social determinada, por exemplo, numa escola, num instituto, numa universidade, a análise coletiva, isto é feita em princípio por todos os membros, das estruturas e dos fins da organização, assim como dos meios utilizados para atingir esses fins (Lapassade, 1971, p. 13).

Na mesma linha de pensamento, Dias Sobrinho (2000, p. 61) afirma que em toda avaliação institucional há que se identificar “as formas e a qualidade das relações na instituição, mas também constituir as articulações, integrar as ações em malhas mais amplas de sentido, relacionar as estruturas internas aos sistemas alargados das comunidades escolares e da sociedade”.

Nesse sentido, cabe destacar dois aspectos da avaliação institucional: sua força instrumental e sua densidade política. A questão técnica instrumental, embora tenha relevância em um processo avaliativo, não atinge as questões de fundo relacionadas ao destino das instituições e com o desenvolvimento da sociedade humana. Para Dias Sobrinho (2000, p. 89):

As questões técnicas de caráter técnico podem se resolver ou se disputar no campo específico das discussões técnicas. Entretanto, as disputas em torno das questões de fundo se travam no terreno dos fatores políticos e filosóficos. Portanto são muito mais complicadas e significativas. Em outras palavras, a avaliação institucional é um campo de disputas que ultrapassam as questões mais aparentes e formais da organização e do gerenciamento das instituições educativas.

Diferentes olhares sobre a avaliação das IES vêm sendo objeto de atenção e debate, tanto no contexto brasileiro como no plano internacional. Há uma pluralidade de visões, finalidades, experiências e caminhos acerca da avaliação institucional.

Uma das abordagens da avaliação institucional que se apresenta compreende aquela que tem como eixo direcionador a ação ordenada de normas e prerrogativas da União, isto é, o Estado se transforma em um avaliador externo que ele tem o papel de controlar, monitorar, credenciar e oferecer indicadores de desempenho para as instituições e os sistemas de ensino dos países. É normalmente decidida por razões de ordem macroestrutural que se prendem às necessidades de controle organizacional no nível dos sistemas de ensino. É a modalidade chamada de avaliação institucional externa.

A avaliação externa é, portanto, aquela em que o processo avaliativo é realizado por agentes externos à instituição (pertencentes a agências públicas ou privadas), ainda que com a colaboração indispensável dos membros da instituição avaliada, ou seja, da comunidade educativa. Outra abordagem é aquela denominada de autoavaliação institucional ou avaliação interna da escola. Tem como motivação principal o acompanhamento do projeto institucional no quadro de uma dinâmica de desenvolvimento organizacional. A avaliação institucional é produto da integração e entrelaçamento dos processos de avaliação externa e interna.

A avaliação das IES no Brasil remonta às décadas dos anos 1980/1990, com experiências pontuais, principalmente em universidades brasileiras, experiências estas que foram basilares para a formulação de políticas de avaliação da educação superior do Brasil. Destaca-se que, nesse processo, professores pesquisadores de IES nacionais foram os precursores de estudos, pesquisas e experiências sobre a avaliação institucional.

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) surgiu das bases universitárias, isso porque a Associação Nacional do Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES) se antecipou ao Estado e tomou a iniciativa de propor, em 1993, ao Ministério da Educação (MEC), um programa de avaliação para a educação superior que se caracterizou “por possuir dotação financeira própria, livre adesão das Universidades através da concorrência de projetos e princípios de avaliação coerentes com a posição emancipatória e participativa” (Leite, 1997, p. 11).

Em 1995, o próprio Estado brasileiro criou a sua sistemática de avaliação para esse nível de ensino, com o Exame Nacional de Cursos (ENC), que ficou popularizado como “Provão”. Aliado às políticas de avaliação, o Estado passou a fazer uso da avaliação também como política de regulação. A respeito disso, Dias Sobrinho (2008, p. 14) ressalta que cabe ao Estado “[...] a responsabilidade da regulação da educação, no sentido de assegurar que a educação

cumpra os requisitos da cientificidade e corresponda aos objetivos públicos prioritários da sociedade”, nisso a avaliação acaba sendo um dos instrumentos da regulação, mas ela “[...] não pode ser mero instrumento da regulação”. Ainda de acordo com o autor, a avaliação “[...] não pode identificar-se com a função de controle, medição e seleção”. Nesse sentido, as políticas precisam conjugar avaliação e regulação em uma retroalimentação dos processos.

Ristoff (2024) destaca que desde a criação do PAIUB até a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em 2004, as definições de avaliação institucional mais elaboradas foram as de José Dias Sobrinho, Isaura Belloni, Denise Leite e Maria Amélia Zainko. A partir dessas elaborações conceituais, oriundas de uma práxis avaliativa, desencadeou-se o interesse de pesquisadores pela avaliação das IES, constituindo assim considerável produção de conhecimento sobre a avaliação institucional e políticas de avaliação da educação superior do Brasil. Neste texto, destacamos apenas duas definições presentes na literatura brasileira sobre avaliação institucional.

A definição de José Dias Sobrinho é que “avaliação institucional é um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas dimensões” (Dias Sobrinho; Balzan, 1995, p. 9). A ênfase dessa definição como um empreendimento é justificada porque realizá-la é um trabalho laborioso e difícil, é uma tarefa complexa, de longa duração, que requer vontade política para ser realizada e que avaliar no contexto da avaliação institucional exige a integração das múltiplas e diferentes dimensões institucionais (Ristoff, 2024).

Essa concepção de avaliação também difere da perspectiva punitiva, na medida em que sua orientação é predominantemente pedagógica, participativa e formativa. Nesse sentido, “o que se procura compreender e avaliar são os processos que produzem a instituição, [...], pela intervenção crítica e intersubjetiva da comunidade acadêmica e científica para a transformação qualitativa desses processos e de seus agentes históricos” (Dias Sobrinho; Balzan, 1995, p. 13).

Isaura Belloni, em sua definição, apresenta elementos semelhantes e alguns complementares à definição proposta por José Dias Sobrinho. Os dois autores defendem que a avaliação de uma instituição é um empreendimento e não simplesmente um processo ou estudo. O termo utilizado provavelmente se deve às experiências deles como coordenadores da avaliação institucional na universidade de Brasília e na Unicamp, e “trata-se, portanto, de

um termo que une conceitos acadêmicos à experiência política e administrativa de gestor” (Ristoff, 2024, p. 122).

Quanto aos elementos complementares propostos por Isaura Belloni, destaca-se a ênfase da autora na tomada de consciência sobre a instituição avaliada, sobre a participação coletiva no processo avaliativo e sobre o caráter formativo da avaliação institucional, conforme expresso na definição:

A avaliação institucional [...] é um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência da instituição. Seu objetivo é melhorar a universidade. A autoconsciência institucional constitui importante subsídio para o processo da tomada de decisão, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, da instituição como um todo, com vistas ao seu aperfeiçoamento, e tem como ponto de fundamental importância a intensa participação de seus membros tanto na forma de encaminhar a avaliação na identificação de critérios e procedimentos como na utilização de resultados (Ristoff, 2024, p. 121).

Na linha de pensamento de Ristoff (2024), essas definições refletem muito a participação dos autores no PAIUB, cujos pressupostos conceituais apontavam para uma perspectiva de avaliação formativa, de caráter permanente e democrático, participativa e de construção coletiva, agente de melhorias da qualidade institucional e empoderadora da comunidade acadêmica, as quais tiveram forte impacto nos processos de avaliação da IES brasileiras e na formulação das políticas de avaliação da Educação Superior.

Experiências pioneiras de avaliação institucional na educação superior brasileira nos anos de 1990

Nos anos 1990, algumas experiências institucionais de avaliação, caso da Unicamp, UnB, da UFSC e da PUC-Campinas, somadas à criação do PAIUB, foram fundamentais, segundo Dias Sobrinho e Balzan (1995, p. 8), para a construção “de um modelo de avaliação de IES, de âmbito nacional”. As características desses processos avaliativos primavam pela participação da comunidade acadêmica desde a definição dos critérios até a realização efetiva do processo.

Nesta seção, são caracterizadas as experiências pioneiras de avaliação institucional promovidas pelas instituições acima mencionadas, considerando o seu período de criação, o seu funcionamento, a metodologia empregada no processo avaliativo e os agentes institucionais envolvidos. Os dados foram constituídos a partir de pesquisa bibliográfica, que selecionou artigos que apresentam as experiências das quatro instituições e que se encontram publicados em periódicos científicos da área de educação.

A experiência de avaliação institucional da Unicamp

O processo de avaliação da Unicamp, realizado no início dos anos 1990, foi concebido e coordenado por José Dias Sobrinho, na época, Pró-Reitor de Pós-Graduação, e foi articulado dentro do que se chamou de “Projeto Qualidade para a Unicamp”. Nesse âmbito, foi criada uma comissão de ampla representatividade, constituída de docentes experientes de todas as Unidades de Ensino e Pesquisa, a Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (CADI) (Dias Sobrinho, 1995b).

Dias Sobrinho (1995a) aponta algumas condições que permitiram à Unicamp a realização de seu processo avaliativo global, no início dos anos 1990: a primeira é a consolidação de sua estrutura educativa; a segunda é o vigor da vida democrática assegurada pela organização institucional; a terceira é a autonomia conquistada pela universidade; e a quarta condição que tornou possível a avaliação da Unicamp foi a existência de um projeto institucional chamado “Projeto Qualidade”.

O processo de avaliação da Unicamp iniciou com a definição de seu projeto, seguido pela constituição de equipes técnicas e de atuação política, apresentando-se sob três momentos. O primeiro momento se constituía no diagnóstico e autoavaliação, trata-se de uma fase interna em que se estabeleciam banco de dados e informações, com produção de indicadores e descrições (Dias Sobrinho, 1995b). Além disso, um roteiro aberto e flexível solicitava às Unidades uma análise de seus objetivos, do corpo docente, dos cursos, da produção acadêmico-científica, das atividades de extensão e das condições da infraestrutura (Dias Sobrinho, 1994).

O segundo momento da avaliação compreendia a avaliação externa, quando da participação de especialistas externos, tanto pares de outras universidades quanto membros de setores da sociedade (Dias Sobrinho, 1995b). Constituíam-se comissões externas de avaliação que seguiam os procedimentos: a) análise dos relatórios de autoavaliação das unidades e dos documentos preparados pela reitoria; b) entrevista com dirigentes; c) visita aos laboratórios, bibliotecas e principais instalações de graduação; d) elaboração do pré-texto, contendo as principais e mais abrangentes idéias do relatório; e e) levantamento das idéias principais específicas de cada unidade (Dias Sobrinho, 1994).

O terceiro e último momento era o da reavaliação ou metaavaliação, quando a universidade reavaliava o processo realizado, manifestando-se sobre os pareceres externos,

os agentes internos discutiam nos Departamentos e nas Congregações dos diversos Institutos e Faculdades “[...] as críticas e recomendações e estabelecem as principais medidas de ação para o desenvolvimento futuros, tanto do processo permanente de avaliação, quanto da universidade em termos gerais” (Dias Sobrinho, 1995b, p. 53).

A experiência de avaliação institucional da UFSC

O Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (PAIUFSC) teve início no ano de 1993 (Bazzo; Moretti, 1997), com o objetivo de “descrever, analisar, interpretar e avaliar a UFSC, no intuito de desvelar as suas potencialidades e dificuldades” (Davok; Ristoff, 2000, p. 27).

Davok e Ristoff (2000) mencionam que o programa de avaliação da universidade partiu da própria comunidade universitária, desde a sua concepção, seus objetivos, assim como do respeito às peculiaridades das unidades que compõem a universidade. O texto do PAIUFSC foi construído com base nos seguintes princípios: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade (Moretti, 1995; Davok; Ristoff, 2000). Segundo Davok e Ristoff (2000, p. 29) “entendeu-se serem esses princípios essenciais em qualquer programa de avaliação institucional”.

O processo de avaliação previa momentos diversos com múltiplas formas de avaliar, constando em sua metodologia três fases principais. A primeira era a de preparação, que acontece pela conscientização de toda a comunidade universitária para aceitação do processo de avaliação, por isso, torna-se fundamental a participação da comunidade universitária desde a elaboração do processo, configurando-se, dessa forma, o princípio de adesão voluntária (Davok; Ristoff, 2000).

A outra fase do processo consistia na coleta de dados e organização das informações, etapa em que eram aplicados os instrumentos de coleta de dados e se realizava a descrição dos resultados (Davok; Ristoff, 2000). Os instrumentos utilizados se materializavam em questionários aplicados a alunos, professores e ex-alunos; nas informações da instituição; e na realização de Seminário do Curso de Graduação e de Pós-graduação. A descrição dos resultados se apresentava em documentos-síntese, elaborados junto à comunidade, que avaliavam o potencial do curso e da instituição (Ristoff *et al.*, 1996).

Participaram da equipe de elaboração do Programa de Avaliação da UFSC os professores Dilvo Ivo Ristoff (presidente da Comissão de Avaliação Institucional da UFSC), Eliane Braga Machado, Maria Conceição Cordeiro Manhães, Mércles Thadeu Moretti, Natália Lobo Cancellier, Nelcy Dabrowsky de Araújo Mendonça e Vera Lúcia Bazzo (Ristoff *et al.*, 1996).

A experiência de avaliação institucional da UnB

A experiência de avaliação institucional da UnB iniciou na administração do reitor Cristovam Buarque (1985 a 1989) e se desenvolveu na gestão do reitor Antonio Ibañez (1990 a 1993) (Belloni *et al.*, 1994). Assim, em 1986, foi formada uma equipe de quatro professores que elaboraram uma proposta de avaliação com a apresentação de “[...] um conjunto de ideias sobre o que designavam ‘Modelo Multifacetado de Avaliação Institucional’” (Trigueiro, 1995, p. 68).

Segundo Trigueiro (1995), esse modelo apontava algumas facetas que deveriam ser contempladas no processo de avaliação institucional, tais como: a) participantes; b) tempo; c) elementos institucionais; d) dimensões a serem avaliadas, caso do ensino; e) elementos de contraste, que corresponde os parâmetros ou critérios para se estabelecer as avaliações; e, finalmente, a sexta faceta, f) contexto. No documento, constava ainda a proposição de instrumentos de avaliação de desempenho – pelo aluno e autoavaliação do docente – e de currículos.

Após a aprovação do documento no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), em outubro de 1987, procedeu-se com o primeiro teste da metodologia. Considerando a repercussão do processo, em 1988, foi criado o Centro de Avaliação Institucional (CAI), da UnB, “cujas principais atribuições eram: coordenar a avaliação institucional em toda Universidade e oferecer suporte metodológico as diferentes unidades da UnB” (Trigueiro, 1995, p. 68).

O processo de avaliação institucional começou pelo ensino de graduação, sendo avaliados, inicialmente, disciplinas e docentes (avaliação interna/autoavaliação) e, em seguida, os cursos (avaliação externa). Na avaliação de disciplina e desempenho docente, os participantes foram todos os alunos que cursavam as disciplinas e os respectivos professores, tendo como instrumentos de coleta de informações dois questionários estruturados com o mesmo conteúdo que permitissem comparações das percepções, abordando as condições

para o desenvolvimento do currículo, os processos desenvolvidos e os resultados alcançados pelo curso (Belloni et al., 1994).

No desenvolvimento e implementação da proposta de avaliação institucional da UnB participaram Isaura Belloni, José Angelo Belloni, Mariza Monteiro Borges, Dejanio Tavares Sobral, Oscar Serafini, Jorge Cordon, Bernardo Kipnis, Lúcia Franca Rocha e Olimpio Sabino Lourenco, além de professores, alunos da UnB e coordenadores de cursos de graduação (Belloni et al., 1994).

A experiência de avaliação institucional da PUC-Campinas

A avaliação institucional da PUC-Campinas iniciou em 3 de setembro de 1981, com a publicação do documento intitulado “Da crítica à proposta – a Universidade como Projeto Pedagógico”. A introdução do documento “chamava atenção a comunidade à reflexão sobre o sentido do Projeto Pedagógico”, a qual buscava “a mobilização da Universidade para que ela se conscientizasse da necessidade de repensar-se permanentemente, repensar suas funções, seus serviços e seu compromisso com a Sociedade” (Balzan; Lopes; Sordi, 2003, p. 137).

A partir dessas discussões, Balzan, Lopes e Sordi (2003) destacam que em novembro de 1982 surgiu o projeto “Participação do aluno como base da reestruturação da Universidade”, que continha dois outros subprojetos: “A percepção do aluno sobre a PUC-Campinas: subsídios para a reestruturação da Universidade” e “Do resultado à interpretação: o aluno e a reestruturação da PUC-Campinas”. Os autores registram ainda o estudo realizado na segunda metade dos anos 1980 e início da década de 1990, sob o título “A PUCCAMP e a construção de seu Projeto Institucional de Avaliação: uma contribuição para a redemocratização da sociedade”.

No início dos anos 1990, os autores ressaltam a criação de um novo projeto intitulado “Do Projeto à Identidade Social: o Processo de Avaliação da PUC-Campinas (1971-1992)”, desenvolvido de 1992 a 1994, que contou com um subprojeto que discutiu “O estudante e a questão da qualidade do ensino superior”. Ainda na década de 1990, destaca-se outro processo de avaliação que aconteceu no âmbito do “Projeto Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação oferecidos pela PUC-Campinas em 1996”, no qual “os resultados indicaram, de modo geral, saldos altamente positivos em relação a esses cursos, quer sob o ponto de vista

Experiências pioneiras de avaliação institucional na educação superior brasileira sob ótica de atores participantes dos processos
de Diretores de Unidades e Coordenadores de Programas, quer sob a ótica dos estudantes de Pós-Graduação” (Balzan; Lopes; Sordi, 2003, p. 146).

No ano de 1997, foi criada a Comissão de Avaliação Institucional (CAINST), que buscou intensificar o Projeto de Avaliação Institucional da Universidade que, segundo Lobo (2006), ficou responsável pelo projeto “Conhecer para Aprimorar”. O projeto fez uso de questionários que oportunizaram aos docentes e discentes “expressarem suas aspirações e expectativas, de forma legítima e com princípios que consolidaram a retórica de que buscava realmente a melhoria na qualidade do ensino” (Lobo, 2006, p. 66).

A comissão responsável pela avaliação institucional da PUC-Campinas era composta pelo coordenador especialista em Avaliação Institucional: Newton César Balzan, e por dois professores doutores: Mara Regina Lemes de Sordi e Jairo de Araujo Lopes; pela especialista em estatística: Clayde Regina Mendes; e demais auxiliares na pesquisa: Francisco Evangelista, Maria Helena Dupart Nascimento Saragioto, Tania Regina Zieglitz e Josias Ferreira da Silva (Lobo, 2006).

A ótica de atores participantes das experiências pioneiras de avaliação institucional dos anos 1990

As experiências institucionais de avaliação desenvolvidas pela Unicamp, UnB, UFSC e PUC-Campinas, no início dos anos 1990, conforme ressaltam Balzan e Dias Sobrinho (1995), contribuíram efetivamente para o debate público da avaliação institucional da educação superior no Brasil, sendo a avaliação assumida como um processo permanente, com vistas à melhoria da qualidade das instituições.

Nesta seção, expomos a ótica de atores que participaram dos processos de avaliação empreendidos naquele período, a partir da análise de conteúdo dos dados produzidos nas entrevistas, com destaque para três categorias: a) os fundamentos que balizam as suas concepções e práticas de avaliação institucional; b) a percepção sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento dos processos avaliativos empreendidos nas Universidades; e c) os desdobramentos das experiências pioneiras de avaliação institucional em outras IES e nas políticas de avaliação da educação superior.

Concepções e práticas de avaliação institucional

Os fundamentos que balizam as concepções e práticas de avaliação institucional dos atores que participaram dos processos de avaliação nas IES pesquisadas UFSC e PUC-

Campinas foram objeto de discussão nas indagações que examinaram o envolvimento destes com as questões relacionadas à avaliação da educação superior.

Inicialmente, foi perguntado aos entrevistados se a concepção de avaliação enquanto “um empreendimento sistemático que busca a compreensão global da Universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões”, destacada por Balzan e Dias Sobrinho (1995, p. 9), como qualificativo das experiências institucionais de avaliação realizadas nos anos 1990, contrastava com as demais práticas de avaliação institucional existentes na mesma época, sendo mencionado que:

Esta definição da avaliação como empreendimento é tanto de Isaura Belloni quanto de José Dias Sobrinho, ambos conhecedores do que significava conduzir um processo avaliativo dentro de uma universidade do porte de uma Unicamp ou UnB. A definição de fato contrasta com a maioria dos processos em curso na época, mas teve um papel norteador extremamente importante, pois muito do que se chamava de avaliação institucional era, na verdade, avaliação de docentes pelos discentes ou avaliação de disciplinas e, por aí afora. Não tinha a dimensão integradora das várias dimensões universitárias. [...] (Prof.UFSC).

O entrevistado observa que, mais tarde, sobretudo no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), muito do que defendiam esses autores com essa concepção de avaliação acabou se materializando nas dez dimensões da avaliação institucional presentes na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Brasil, 2004). Ainda sobre a concepção de avaliação decorrente das experiências avaliativas, a outra entrevistada afirma que, em sua vivência “[...] trabalhávamos no cotidiano com os olhos voltados para uma perspectiva de crescimento pessoal de cada um e de cada uma de todos os envolvidos: alunos, professores, gestores” (Profa.PUC-Campinas).

Em seguida, questionou-se aos entrevistados se as concepções de avaliação institucional explicitadas na obra “Avaliação Institucional: teoria e experiências”, considerada como “um importante marco”, que reúne “as primeiras reflexões sistemáticas sobre processos concretos de avaliação institucional” (Dias Sobrinho; Balzan, 1995, p. 9), repercutiram nas discussões sobre avaliação da educação superior. A entrevistada pontua que “inúmeras publicações revelam isso”, com destaque para “a Revista da Avaliação da Educação Superior - RAIES [...], atualmente em versão digital. Creio que as reflexões acentuaram cada vez mais intensamente a urgência de uma prática de avaliação institucional não confundida com burocratismo maçante” (Profa.PUC-Campinas).

Experiências pioneiras de avaliação institucional na educação superior brasileira sob ótica de atores participantes dos processos

O entrevistado menciona que o capítulo que escreveu e se encontra publicado nessa obra foi o mesmo que abre o material publicado pelo Ministério da Educação (MEC) quando da publicação do texto sobre o PAIUB. Destaca que seu capítulo “[...] teve, surpreendentemente, grande impacto no meio acadêmico, tanto no Brasil quanto na América Latina como um todo. [...]” (Prof.UFSC). Trata-se de material que foi elaborado pelo entrevistado para apresentar os princípios da avaliação institucional aos pró-reitores brasileiros que se reuniram, à época, na UnB.

Por fim, foi perguntado aos entrevistados sobre quais são os referenciais teóricos que fundamentam suas discussões/produções sobre a temática da avaliação institucional da educação superior. A entrevistada ressalta que tem como aporte teórico “os conceitos principais de Carlos Roberto Jamil Cury, José Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff, Valdemar Sguissardi, Isaura Belloni, Roberto Romano, Pierre Bourdieu e outros” (Profa.PUC-Campinas). Por sua vez, o entrevistado aponta que da literatura nacional e internacional toma os “textos de Michael Patton, Scriven, Stufflebeam, o Joint Committee, David Nevo, Dias Sobrinho, Isaura Belloni e um mundo de outras pessoas que li e outras com quem tive a oportunidade de trocar experiências diretas” (Prof.UFSC).

Experiências pioneiras de avaliação institucional

A percepção sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento dos processos avaliativos empreendidos nas universidades, que traduzem as experiências pioneiras de avaliação institucional, constitui essa segunda categoria que busca caracterizar as ações promovidas no interior das IES a partir dos atores envolvidos, da aceitação da comunidade acadêmica e da representação do processo para a instituição.

Foi perguntado aos entrevistados sobre quais os atores institucionais que estiveram envolvidos no processo de avaliação e de onde partiu a ideia de que era necessário avaliar a instituição. No caso da avaliação na UFSC:

[...] foi um processo de iniciativa da Pró-reitoria de Graduação e por ela coordenado em nível institucional. Envolveu todos os coordenadores de curso, docentes e discentes. A avaliação foi precedida por semanas de Formação Pedagógica, organizadas a cada semestre, e que tinham como objetivo discutir as práticas pedagógicas, gerais e específicas, com o objetivo de buscar assegurar a qualidade do ensino ofertado. A proposta básica estava em discutir e avaliar as práticas pedagógicas vigentes, intercambiar boas práticas, reunir e analisar dados e informações sobre as condições de ensino, pesquisa, extensão e administração e, com base nestas análises, propor estratégias para o aperfeiçoamento dos processos. A função da avaliação era de natureza puramente formativa (Prof.UFSC).

No caso da PUC-Campinas, a inserção da avaliação institucional se deu pela reflexão de seu Projeto Pedagógico, conforme aponta a entrevistada:

[...] O Projeto Político Pedagógico passou a ser o grande tema em todos os campi. Dentre inúmeras outras ações, formou-se um grupo de três docentes especialistas em dinâmica/metodologia do ensino superior, entre os quais estive incluída, a convite do reitor Eduardo Coelho, organizando encontros com professores de todos os cursos de todos os campi para desencadear inovações profundas no processo de ensino e aprendizagem. Os resultados foram altamente positivos e houve muito envolvimento nas discussões sobre o avanço institucional. Nesse contexto entra em cena a “avaliação institucional”. E começa-se a “passar a limpo” toda a vida institucional (Profa.PUC-Campinas).

Para a entrevistada, a ânsia naquele período era por “[...] uma universidade democrática, aberta, articuladora do ensino com a pesquisa e a extensão, uma universidade que concretizasse tudo o que se discutira sobre um generoso projeto político pedagógico” (Profa.PUC-Campinas).

Quanto à aceitação da avaliação institucional pela comunidade acadêmica, questionou-se dos entrevistados se a ideia de avaliação sofreu resistências da comunidade ou se já tinham consciência da necessidade da avaliação. No caso da UFSC, a resposta do entrevistado aponta que sim, ao salientar que:

Houve, sim, resistências ao processo de avaliação em alguns setores da universidade, em especial em algumas engenharias e na Pedagogia. Como a política do momento era de deliberado sucateamento das universidades federais, rapidamente a comunidade universitária passou a entender que avaliar significava conhecer-se melhor para poder assim melhor defender a universidade dos ataques que vinha sofrendo. Mesmo com a adesão voluntária, o processo foi ganhando força no início dos anos 1990 (Prof.UFSC).

Por outro lado, a resposta da outra entrevistada indica que não houve resistência no caso da PUC-Campinas, destacando que:

Toda a instituição se mobilizava para uma ampla avaliação. Interessante apontar que a avaliação institucional ocorreu num clima bastante positivo, não se notando receios, medos, inseguranças porque o processo caminhava com grande transparência e apoio para a busca de melhoria geral, já que ficavam claros os compromissos políticos, científicos e técnicos para o avanço social. O longo processo que o antecedeu explica a inexistência de posturas contrárias ao exame de toda a vida institucional. [...] (Profa.PUC-Campinas).

Nesta categoria, encerrou-se com a questão que procurou saber se esses processos de avaliação institucional ocorridos representaram algo novo para as instituições que os realizaram. Em relação à questão, o entrevistado da UFSC pontua que “com certeza!”, pois,

Experiências pioneiras de avaliação institucional na educação superior brasileira sob ótica de atores participantes dos processos
“a instituição passou a entender a importância de se conhecer como instituição”, assim “se no início da década de 90, falar em avaliação era tabu, mesmo entre os gestores, no final da década já era difícil de encontrar alguém que não reconhecesse a sua importância” (Prof.UFSC). De acordo com a outra entrevistada, a avaliação representou “processos novos”.

As ações foram corajosas, avaliando criteriosamente a instituição. Os resultados foram, de um lado, favoráveis a determinados cursos e à universidade e por outro lado, foram sugeridas mudanças, às vezes radicais, em termos de currículos e de atitudes em relação à docência e à universidade. Levantou-se uma série de indagações, verdadeiros desafios ao corpo docente, à Administração Central e aos estudantes. Foram discutidos em várias instâncias da universidade, constituíram vasto e rico material, permitindo reflexões e ações significativas no processo universitário (Profa.PUC-Campinas).

Desdobramentos das experiências pioneiras de avaliação institucional

Nesta categoria, foram considerados os desdobramentos das experiências pioneiras de avaliação institucional pesquisadas em outras instituições e nas políticas de avaliação da educação superior existentes no mesmo período de desenvolvimento dessas experiências avaliativas dos anos de 1990.

Os entrevistados foram perguntados se as experiências de avaliação institucional desenvolvidas nessa instituição impactaram e contribuíram com as práticas avaliativas de outras IES e, se sim, de que maneira isso aconteceu. No caso da experiência da UFSC, o entrevistado mencionou que “[...] grande parte do que veio a ser a estrutura do Paiub estava na proposta encaminhada ao Mec pela UFSC”, assim “[...] a experiência da UFSC teve impacto sobre as avaliações, em especial sobre as autoavaliações, praticadas no país” (Prof.UFSC).

Quanto às contribuições da avaliação realizada pela UFSC, foi destacado pelo entrevistado que:

Eu diria que a principal contribuição da avaliação junto ao corpo docente e aos administradores foi a percepção do caráter pedagógico do processo de se afirmar valores acadêmicos, científicos, administrativos e atitudinais. Para exemplificar: uma avaliação do docente que pergunta se o professor apresentou e cumpriu o plano de ensino na verdade ensina que estes são valores que prezamos (Prof.UFSC).

Sobre os impactos e contribuições da experiência de avaliação realizada na PUC-Campinas, a entrevistada revela que:

Houve troca de experiências com várias IES. A PUC-Campinas e a UNICAMP tiveram muito contato sobre a Avaliação Institucional (que ocorria na mesma época), especialmente através dos professores Newton César Balzan e José Dias Sobrinho. Instrumentos de avaliação docente e discente, por exemplo, eram

compartilhados e adequados a cada realidade, fossem da PUC-Campinas, fossem da UNICAMP (Profa.PUC-Campinas).

A entrevistada enfatiza ainda que, como consequência das ações de avaliação empreendidas pela PUC-Campinas, a Comissão Interna de Avaliação Institucional (CAINST) recebeu “[...] inúmeros convites que a comissão recebia para troca de experiência houve farta produção: muitos textos foram publicados pelo grupo de professores/pesquisadores, principalmente do mestrado em Educação” (Profa.PUC-Campinas). Reforçou que os membros da CAINST “[...] eram muito procurados por profissionais de outras instituições para a troca de experiências ligadas às pesquisas que eram empreendidas” (Profa.PUC-Campinas).

Em seguida, a questão examinou a reação/influências das experiências de avaliação conduzidas por algumas IES na década de 1990 frente às políticas oficiais de avaliação da educação superior propostas pelo governo federal à época. A respeito dessa questão, o entrevistado esclarece que:

Quando iniciamos a avaliação na UFSC, o Mec fazia tão somente avaliação, de vez em quando, pelas comissões de especialistas. Não era uma questão realmente sistemática e organizada. Quando começou a ser discutido o que viria a ser o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), a Pró-reitoria de graduação teve participação decisiva e grande parte das sugestões enviadas ao MEC foram incorporadas ao Paiub, tanto em termos de princípios quanto de metodologia e indicadores (Prof.UFSC).

O entrevistado pontua, portanto, que nos anos 1990 “[...] não havia avaliação institucional propriamente dita, apenas avaliação de cursos e mesmo assim ainda em sua fase inicial” (Prof.UFSC). Ressalta que a avaliação periódica foi instituída em 1995 com a Lei nº 9.131/1995 (Brasil, 1995), determinando que o Ministério da Educação (MEC) realizasse avaliações periódicas das instituições de educação superior e dos cursos de graduação, assim, em março de 1996, o MEC instituiu, por meio da Portaria n.º 249/1996 (Brasil, 1996), o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como “Provão”. A partir disso, o que se teve, segundo o entrevistado, foi “[...] a divulgação de resultados de avaliação de rendimento de estudantes de alguns cursos no Provão” (Prof.UFSC). A forma de divulgação dos resultados do Provão impactou os cursos, “mas para as instituições públicas, que recebiam os melhores alunos nos cursos até então avaliados, o impacto foi mais de melhora da auto-estima dos docentes e discentes daqueles cursos do que compreensão do verdadeiro significado do processo avaliativo” (Prof.UFSC).

Com essa compreensão, entendia-se que naqueles cursos “cujos alunos tiraram notas excelentes no Provão, houve reações no sentido de que agora o Paiub era desnecessário” (Prof.UFSC). Assim, o PAIUB de 1993, que se concentrava basicamente na autoavaliação, foi deixado de lado “[...] antes de chegar à avaliação externa e substituído pelo Provão”, causando nos “[...] envolvidos com o incipiente Paiub, a reação foi de espanto e frustração” (Prof.UFSC).

Na visão da entrevistada, que representa a experiência da PUC-Campinas, a reação da instituição frente às políticas oficiais de avaliação resulta dos obstáculos existentes entre “a articulação regulação/controle das políticas oficiais de avaliação institucional com as intenções de uma avaliação que veja o sistema como direito e bem público” (Profa.PUC-Campinas). O enfrentamento dessa situação é possível, segundo a entrevistada, “[...] de acordo com o que é historicamente possível de se fazer visando uma concepção de universidade realmente democrática. [...]” (Profa.PUC-Campinas).

Para fins de compreensão dessa relação entre as instituições e os processos externos de avaliação implementados pelos órgãos governamentais, a entrevistada considera que é importante distinguir avaliação e regulação. Destaca que “são processos distintos embora possam ser complementares e ao mesmo tempo antagônicos: sua articulação é necessária, mas pode gerar distorções” (Profa.PUC-Campinas). A tensão existente é “[...] quase inevitável, são processos diferentes e exigem, assim procedimentos e competências diferentes”, que acabam tendo na tomada de decisão o “ponto de interseção entre avaliação e regulação governamental” (Profa.PUC-Campinas).

Considerações finais

A pesquisa realizada nos confirma o pioneirismo das experiências de avaliação discutidas neste artigo, sobretudo naquilo que foram os seus desdobramentos nas práticas institucionais de avaliação de outras IES e nas políticas de avaliação para a educação superior no Brasil, caso específico do PAIUB.

Nos dois cenários das experiências mencionadas pelos atores entrevistados, fica claro que a avaliação institucional não pode ser confundida como burocratismo maçante e apenas processo técnico-instrumental, pois os processos avaliativos evidenciaram intenso movimento institucional e participação dos atores das IES, desenvolvendo a autoconsciência institucional, tanto individual quanto coletiva, sobre as potencialidades e fragilidades das Universidades.

As iniciativas tiveram também um caráter de vanguarda na produção de conhecimento teórico-prático sobre avaliação da educação superior, contribuindo, assim, para a consolidação da titularidade da avaliação institucional no contexto brasileiro. A perspectiva de avaliação assumida por essas iniciativas inaugurara a adoção de princípios que valorizam a participação e a coletividade na construção de um modelo formativo, flexível e democrático de avaliação (Dias Sobrinho; Balzan, 1995). Mais tarde, muitos desses princípios foram retomados na construção do SINAES.

Referências

BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (orgs.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

BALZAN, Newton César; LOPES, Jairo de Araujo; SORDI, Mara Regina Lemes de. A cultura de avaliação em construção. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 8, n. 3, p. 133-159, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1975.

BAZZO, Vera Lúcia; MORETTI, Mércles Thadeu. Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina: fala o ex-aluno. **Avaliação**, Campinas, v.2, n.3, p. 67-75, set. 1997.

BELLONI, Isaura et al. Proposta de avaliação institucional da Universidade de Brasília. **Educación Superior y Sociedad**, Caracas, v. 5, n. 1, p. 51-70, 1994.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Autoavaliação de escolas: alinhando sentidos, produzindo significados**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 nov. 1995. Edição extra.

BRASIL. **Portaria nº 249, de 18 de março de 1996**. Institui a sistemática para a realização do Exame Nacional de Cursos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 mar. 1996, Seção 1, p. 4686, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 abr. 2004, Seção 1, p. 3, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**; tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DAVOK, Delsi; RISTOFF, Dilvo. Mudanças e resistências na construção da cultura da avaliação institucional. **Avaliação**, Campinas, v. 5, n. 3, p. 27-36, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação institucional da Unicamp**: processo, discussão e resultados. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. Introdução. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (orgs.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995, p.7-13.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (orgs.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995a. p. 53-86.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: a experiência da Unicamp – condições, princípios, processo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 41-54, mar., 1995b.

DIAS SOBRINHO, José. Entrevista Prof. Dr. José Dias Sobrinho. **Revista de Educação da PUC-Campinas**, Campinas, n. 25, p. 13-15, nov. 2008.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GAMA, Zacarias. Avaliação institucional: primeiras aproximações – teoria e crítica. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 254-272, maio/ago. 2012.

LAPASSADE, Georges. Autogestion In: Editions Gauthier Villars, **L'autogestion pédagogique**, Editions L'analyseur et l'analyste. Paris: Editions Gauthier, 1971. p. 13-14.

LEITE, Denise. Avaliação e tensões – Estado, Universidade e Sociedade na América Latina. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 7-17, mar. 1997.

LOBO, Clever Eduardo Zuin. **Avaliação Institucional**: um estudo comparativo entre duas Universidades. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORETTI, Mércles Thadeu. Avaliação institucional na Universidade Federal de Santa Catarina. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 55-66, mar., 1995.

RISTOFF, Dilvo *et al.* Avaliação na Universidade Federal de Santa Catarina: uma proposta de metodologia. **Avaliação**, Campinas, v.1, n. 1, p. 25-28, jul., 1996.

RISTOFF, Dilvo. **Revisitando o Sinaes**: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2024.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Experiência em avaliação institucional da Universidade de Brasília. **Pro-Proposições**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 67-78, mar., 1995.

Nota

ⁱ O artigo resulta de pesquisa financiada pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/CAPES), tendo sua interlocução com as pesquisas realizadas no âmbito do Eixo 03 – Práticas de regulação, avaliação e de gestão das instituições de educação superior da Rede Universitas/Br.

Sobre os autores

Regilson Maciel Borges

Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Mestre em Educação pela PUC-Campinas. Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com pós-doutorado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor do Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino (DPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Lavras. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Avaliação (GEPPEA). Pesquisador da Rede Universitas/Br.

E-mail: regilson.borges@ufla.br **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6115-364X>

Mary Ângela Teixeira Brandalise

Possui graduação em Ciências - Habilitação Matemática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Educação pela UEPG. Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Sênior da UEPG nos Programas de Pós-graduação em Educação e Ensino de Ciências e Educação Matemática. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Avaliação (GEPPEA) cadastrado no CNPQ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Avaliação e Accountability da América Latina (GEPPAYA). Pesquisadora da Rede Universitas/Br.

E-mail: marybrandalise@uol.com.br **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-3674-5314>

Recebido em: 03/09/2024

Aceito para publicação em: 05/10/2024